

COMUNIDADE, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Coordenadora:

Naumi A. de Vasconcelos (UFRJ)

Participantes:

Ronald Arendt (UERJ)

Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP - Bauru)

Heloisa Szymanski (PUC/SP)

Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFES)

Jacyara C. Rochael Nasciutti (UFRJ)

Tania Barros Maciel (UFRJ)

Trabalhando com o que o próprio GT denominou de “categorias problemáticas ou problematizantes” e que configuram exatamente as que fazem parte de sua denominação, ou seja, as de “comunidade, meio ambiente e qualidade de vida”, estivemos em todos os trabalhos apresentados questionando os conceitos, os fundamentos epistemológicos e as práticas de pesquisa relacionadas àquelas categorias e seu comprometimento, muitas vezes não explicitado, ou mesmo não percebido pelos pesquisadores, com pressupostos filosóficos e ideologias ligados à corrente pós-modernista e a uma política néo-liberal, com todas as contradições que as mesmas encerram.

Uma dessas contradições revela-se frequentemente em teorias e práticas da chamada “Psicologia Social Comunitária”, onde propostas pós-modernistas de “globalização” vão estranhamente à par de um relativismo cultural e de uma estetização do social próprios de uma posição conservadora, protecionista e assistencialista. Essa contradição tem aparecido em nossos dias em muitas representações veiculadas sobre a noção de psicólogo social comunitário, afetando sua identidade e seu estatuto científico, passando o mesmo a ser visto (ou a se ver) como uma espécie de missionário, a assistir populações carentes. Conclusão a que chegou um dos trabalhos apresentados em nosso GT, analisando vários artigos de revistas científicas e expondo resultados de pesquisa entre professores e alunos de uma de nossas Universidades à respeito das representações acima.

A Psicologia Social Comunitária insere-se no campo mais vasta da Psicologia Social, mas parece ser exatamente essa inserção o nó do problema: a herança de modernidade desta última opondo-se, para certas autoridades em Psicologia Social Comunitária ao seu caráter pós-moderno. Nesta medida, ela não se põe como um desenvolvimento da Psicologia Social, sua abertura ao comunitário, mas como um corte com a mesma, sob esse divisor de águas que é o moderno e o pós-moderno: o caráter racional das construções e aquisições da Psicologia Social anteriores ao que se designa de pós-moderno não mais se coadunariam com o “caráter barroco” do mesmo. Um autor como Maffesoli, vai ao extremo de exaltar no caso da sociedade brasileira, sua vantagem em haver “saltado” a modernidade para cair direto na pós-modernidade, dentro do qual os estudos comunitários ganham relevância.

Resulta dessa visão que a Psicologia Social comunitária em nossos dias, ao negar ou se afastar de sua fundamentação moderna, corre o risco de uma perda em cientificidade já que, disciplina recente, ela não possui ainda um estatuto epistemológico capaz de garantir-lhe o rigor necessário e livrá-la de comprometimentos político-demagógicos.

O conceito mesmo de comunidade, ao aplicar-se em nosso meio, prioritária ou exclusivamente, a camadas desfavorecidas da população, como se somente ali o espírito comunitário afluísse ou apresentasse condições de ser desenvolvido, revela sua ligação com um pensamento autoritário e conservador. O fato ainda daquele conceito ser geralmente inserido em um contexto de América Latina deixa margem a uma discussão mais ampla sobre seu comprometimento ideológico.

Considerando o que foi dito acima, a expressão "comunidade carente" seria um pleonasmo ou indicaria uma especificidade comunitária? A favor dessa especificidade indicou-se o caráter participativo das comunidades carentes, a expressar-se em redes de solidariedade pela sobrevivência - de que um exemplo seria a emergência ali de Associações de Moradores. Tal especificidade foi posta em questão pelo GT, na medida em que redes de solidariedade parecem existir também em comunidades não-carentes. Discutiu-se o caráter muitas vezes construído dessas redes, a interferência ali do pesquisador ao que se pode acrescentar a indagação: uma comunidade só começa a existir quando redes de solidariedade se instalam, ou anteriormente às mesmas pode-se já falar em comunidade e nesse caso o que a especifica como tal?

O papel das redes de solidariedade em comunidades carentes, foi ressaltado em sua função socializadora com repercussão sobre as famílias e os indivíduos, originando a busca de novas formas de relacionamento, de maior consciência da exclusão, do aprendizado e da apropriação de instrumentos culturais e profissionais. Nesse contexto, o trabalho do psicólogo social comunitário deve pautar-se por uma proposta metodológica participativa, o que pressupõe o desenvolvimento de condições relacionais efetivas entre a comunidade - através de seus representantes - e a sociedade mais ampla. Fica a questão: cabe ao psicólogo social comunitário intermediar essas relações, ou limitar-se a acompanhar seu desempenho?

Levantou-se uma dificuldade comumente encontrada pelos psicólogos sociais comunitários em seus trabalhos de campo: a de reunir as pessoas ou de envolvê-las na proposta acima com a necessária continuidade. O termo "reunião" parece tornar-se frequentemente aversivo, talvez pelas pessoas pensarem ou sentirem que serão "cobradas". Para agrupá-las ou reagrupá-las um recurso comum tem sido a realização de festas. Tratar-se-ia aqui de acompanhar o "hedonismo das classes populares" tão citado e/ou exaltado por certos adeptos da corrente pós-moderna?

Questionou-se em que o psicólogo social e/ou comunitário difere de outros cientistas sociais, sobre que aspectos incidiria o "olhar psicológico" e o quanto esse olhar pode estar sendo esquecido, à favor de outras visões do campo humano e social. Essas visões, certamente necessárias para a compreensão global do campo podem entretanto levar muitos pesquisadores a uma dispersão e a um "esquecimento" daquilo que caracterizaria uma Psicologia Social, sob pretexto de uma interdisciplinaridade da qual paradoxalmente ela acaba excluída, pela ausência de sua própria especificidade, que não se afirma senão através o contínuo desenvolvimento teórico e metodológico da mesma.

A segunda temática de nosso GT, "qualidade de vida", apareceu representada em três trabalhos, versando respectivamente sobre "Cotidiano e emoções no processo saúde-doença", "Saúde reprodutiva-sexualidade e habitação" e "Instituições de saúde mental".

No primeiro dos trabalhos acima, um levantamento histórico da Psicologia no campo da saúde pública, mostra como persiste em nossos dias o não reconhecimento daquela pela classe médica tradicional, que se mostra mais

informativa que conscientizadora e participativa, com prejuízo para a melhoria do estado geral dos doentes e para a atuação do psicólogo. Selecionando uma amostra de mulheres portadoras de hipertensão arterial essencial, o trabalho apresentado revelou o quanto essa atuação é necessária para o tratamento mais eficaz desse quadro clínico, tributário de conflitos não resolvidos no cotidiano dessas mulheres. Distinguindo no mesmo as vivências do espaço público e a do espaço privado, verificou-se que enquanto o primeiro mostrava-se gerador de sentimentos positivos, o segundo o era de sentimentos negativos, convindo ressaltar terem estes últimos um peso maior na vida das mulheres, já que é nele que a mesma transcorre em sua maior parte.

Este trabalho oferece um interessante confronto com o segundo acima nomeado, no qual a percepção e o sentimento do habitar, remetendo a uma ligação simbólica corpo-casa, revela também uma sintomatologia feminina em relação à casa. Os resultados de uma análise semiológica de pesquisa realizada em um bairro semi-rural da Baixada Fluminense apontam diferenças significativas entre homens e mulheres quanto às representações e vivências do habitar - a positividade das mesmas aparecendo entre os primeiros e sua negatividade entre as segundas, permitindo à autora classificá-las respectivamente dentro dos registros do simbólico e do sintomático. Essas diferenças lançam luzes sobre as identificações objetais do corpo e sobre o quanto as mesmas são produzidas e reforçadas pelos estereótipos sexuais; mostram também seu impacto sobre a qualidade de vida sexual e/ou reprodutiva, assim como sobre a qualidade de vida habitacional. Podem ainda explicar em parte as resistências de moradores a mudanças propostas por planos habitacionais e o frequente fracasso dos mesmos, uma medida em que não levam em consideração não só a subjetividade dos sujeitos como também a divisão que se opera entre os sexos no tocante a expectativas habitacionais, divisão que impede uma unanimidade na aceitação ou na participação daquelas propostas.

Assim como os conceitos, propostas e práticas relacionados à "comunidade" foram questionados também o foram os relacionados à "institucionalização" e "desinstitucionalização" dos doentes mentais, em trabalho apresentado por uma das participantes. Revendo os objetivos de uma instituição psiquiátrica, que seriam os de concorrer ao bem-estar dos pacientes, verifica-se comumente que o mesmo não é cumprido, em proveito muitas vezes de interesses institucionais e profissionais, desvinculados do interesse por aqueles. Por sua vez, o movimento de desinstitucionalização, de início entusiasticamente aceito como uma solução para melhoria da qualidade de vida dos chamados dementes, passou a perceber que mudar as práticas pouco adianta se as representações sociais da doença mental não mudam na sociedade como um todo, inclusive nas instituições. A oposição institucionalizar X desinstitucionalizar, parece assim tornar-se supérflua, diante da questão prioritária de trabalhar essas representações e contribuir a uma mudança nas mesmas, visando um novo lugar do doente mental na sociedade e na própria instituição psiquiátrica.

A temática do meio-ambiente é apresentada em trabalho que destaca o comprometimento do discurso ecológico brasileiro com ideologias ligadas à uma política Norte-Sul e que desconsidera as dimensões sociais e culturais do desenvolvimento, em proveito da dimensão econômica. De que maneira e em que extensão esse comprometimento afeta as representações sociais sobre Ecologia vigentes e/ou latentes em autoridades científicas de nosso meio é objetivo de pesquisa em fase de realização, através entrevistas com professores de diversos centros e unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Concluindo :

A riqueza dos trabalhos apresentados e do intercâmbio efetuado em nosso GT pode ser medida pelo questionamento que pontuou seu desenrolar. Um vivo empenho dos participantes originou a proposta de continuarmos nos reunindo, nestes dois anos de intervalo entre os simpósios da ANPEPP, à partir de setembro do corrente ano, ficando à cargo da Prof^a. Jacyara R. Nasciutti a organização desses encontros. Uma melhor apreciação dos trabalhos apresentados e de sua interrelação dentro do campo da Psicologia Social será possibilitada pela feliz iniciativa da ANPEPP ao viabilizar a publicação em inter-grupos dos trabalhos completos.